

# Qualificação da insolvência: evolução e questões atuais

Guimarães, 21-11-2025

XXVII  
ENCONTRO NACIONAL APAJ



# Breve análise da evolução do regime legal

- Primeira versão [inicial] – Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18/03

- ★ “Incidente obrigatório”, sanções e ausência de indemnização

- Segunda versão – Lei n.º 16/2012, de 20/04

- ★ Incidente facultativo, sanções e introdução de indemnização

- Terceira versão – Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30/06

- ★ Incidente facultativo (acerto de prazos na dispensa de assembleia), sanções e indemnização

- Quarta versão [atual] – Lei n.º 9/2022, de 11/01

- ★ Incidente facultativo (previsão de prazos perentórios), sanções e limitação da indemnização

# Breve análise da evolução do regime legal

Normativo	Número de alterações legais
CIRE	17
Artigo 185.º	2
Artigo 186.º	1
Artigo 187.º	0
Artigo 188.º	3
Artigo 189.º	2

# Questões / dificuldades do regime legal

Sinalização do potencial esvaziamento das consequências patrimoniais da qualificação da insolvência como culposa

Hipótese prática 1:

Créditos reconhecidos: 200.000

Apuro da liquidação: 100.000

Insolvência **fortuita**

Recuperação dos credores: 50%

(exclusivamente à custa do património da insolvente)

Hipótese prática 2:

Créditos reconhecidos: 200.000

Apuro da liquidação: 100.000

Insolvência **culposa**

Decisão judicial fixa indemnização limitada a 50% dos créditos não satisfeitos

Recuperação dos credores: até 75%  
(embora acresçam patrimónios dos afetados)

# Questões / dificuldades do regime legal (II)

## Dificuldades do julgador na fixação da concreta indemnização

### Soluções judiciais implementadas:

- Liquidação de sentença

(ex. Ac TRL de 16/09/2025 ECLI:PT:TRL:2025:18895.24.0T8LSB.A.L1.1.DA)

- Fixação de percentagem

(ex. Ac TRP de 16/09/2025 ECLI:PT:TRP:2025:1627.23.8T8AMT.C.P1.E2)

- Fixação de valores concretos

(exs. Ac TRP de 10/07/2025 ECLI:PT:TRP:2025:2200.24.9T8STS.B.P1.65; Ac. TRL de 14/10/2025 ECLI:PT:TRL:2025:882.24.0T8BRR.B.L1.1.54)

# Questões / dificuldades do regime legal

## Acionamento em tempo útil do incidente

“Artigo 188.º

(Tramitação)

1 - O administrador da insolvência ou qualquer interessado pode alegar, fundamentadamente, por escrito, em requerimento autuado por apenso, o que tiver por conveniente para efeito da qualificação da insolvência como culposa e indicar as pessoas que devem ser afetadas por tal qualificação, **no prazo perentório de 15 dias após a assembleia de apreciação do relatório ou**, no caso de dispensa da realização desta, **após a junção aos autos do relatório a que se refere o artigo 155.º.”**

**Importância da proatividade no requerimento fundamentado de prorrogação**

# Questões / dificuldades do regime legal

Que exequibilidade para as condenações na obrigação de indemnizar?

- I. Foro ? **Juízo do Comércio** / Juízo de Execução ?
- II. Forma processual ? **Execução** / Ação declarativa ?
- III. Tempestividade para a ação ? Caducidade / **prescrição** / 20 / **3 anos** ?
- IV. Legitimidade ativa ? Credores / administrador da insolvência ?

# Argumentos para a legitimidade

## Legitimidade do A.I.

- Função e amplas competências do A.I.
- 82.º, n.º 3, b) CIRE
- Insolvência como execução universal
- Indeterminação do direito individual e proporcional do credor na hipótese de instauração de várias execuções
- Respeito pelas regras de distribuição do apuro

## Legitimidade do(s) credor(es)

- Condenação a indemnizar os credores e não a massa insolvente
- Solução válida até em ação encerrada
- A graduação na insolvência é inócua
- A indemnização é um direito novo e diverso do direito de crédito graduado
- Dificuldade em compaginar um rateio



Obrigado pela vossa atenção,

José Manuel Branco

[josembranco@mpublico.org.pt](mailto:josembranco@mpublico.org.pt)

XXVII  
ENCONTRO NACIONAL APAJ

